

CAMINHOS E MEMÓRIAS: O “ESPÍRITO DO DOM” E A CONSTRUÇÃO DE CARREIRAS POLÍTICAS

CÍNTIA ANNIE DE PAULA FERREIRA¹

Esta pesquisa tem por tema central o processo de construção de carreiras políticas, a partir da aquisição de competências e habilidades necessárias para a prática política (CANÊDO, 2002; 2004). Para tanto, optamos pelo mapeamento de três *trajetórias* políticas de evangélicos, que, por deixarem alguns “indícios” (GINZBURG, 1989), abrem caminho para pensarmos certas formas possíveis de justaposição entre as normas do universo político e de outras instâncias sociais, como, por exemplo, o universo religioso.

A temática do processo de construção de carreiras políticas encontra-se diante de um campo muito restrito no universo historiográfico, já que não são comuns trabalhos voltados para este tema. Contudo, ainda neste campo, encontramos os estudos realizados pela historiadora Letícia Canêdo (1997, 2002, 2003, 2004, 2005) que aborda o tema da construção de carreiras políticas discutindo a questão da transmissão de “poder político” através da aquisição de competências e habilidades necessárias à prática política.

De acordo com Canêdo (2003, 2004, 2005) o ingresso à carreira política de membros de certos grupos familiares resulta tanto do processo de “interiorização” de determinadas atitudes como, também, da reprodução de normas e valores. Esses dois processos, segundo a historiadora, contribuem para produzir um sentido histórico de manutenção do poder político de uma rede de famílias ligadas ao poder municipal. No entanto, Canêdo aponta que essa manutenção do poder político, ao longo da história política do Brasil, somente foi possível porque o referido grupo familiar ampliou suas “redes de conhecimento” ao ponto de estabelecer uma “circularidade social” entre a representação política local e nacional.

O diálogo com a análise de Canêdo se estabelece exatamente na possibilidade, por ela levantada, de apreender a política por caminhos que não obrigatoriamente

¹ Aluna do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

estejam relacionados a uma identificação imediata entre política e jogos partidários, mas refletir sobre as normas de conduta política interiorizadas em outros domínios sociais, a priori, não políticos, como, por exemplo, pelo viés dos rituais familiares. Trata-se de uma perspectiva cujo diálogo tornou-se valioso para a constituição deste pesquisa. Com efeito, as considerações levantadas por Canêdo servem como esteio para pensarmos o “caráter operatório dos laços sociais no universo político contemporâneo”, como também o papel determinante da interiorização das normas adquiridas em outros domínios. Afinal, já que a autora descreve um universo político relativamente autônomo face ao viés dos laços familiares, abrimos a perspectiva para também pensarmos a relativa autonomia do domínio da política institucional frente ao universo religioso em que estavam inseridos determinados atores sociais quando ingressam na carreira política.

Apesar do profundo diálogo intelectual que os estudos realizados por Canêdo possibilitam quanto à problemática da construção de carreiras, o limitado quadro bibliográfico da historiografia sobre o tema proposto, conduziu-nos a necessidade de estabelecer um debate interdisciplinar com os trabalhos correntes no campo da antropologia sobre o tema aqui proposto. Assim, como afirmou Canêdo (2005), a análise sobre “as formas particulares assumidas pela dominação política”, isto é, “os bastidores da política”, encontram-se confinados nos estudos da micro-história e da antropologia. Dentre os estudos antropológicos que tem por objeto a construção de carreiras políticas, selecionamos os trabalhos realizados por Karina Kuschnir (2000), Afrânio Garcia (2004), Alessandra Barreto (2004).

Estes estudos discutem os caminhos percorridos por “trajetórias” que se tornaram “públicas”. Garcia (2004) preocupa-se com a passagem de um indivíduo do universo das atividades intelectuais para o domínio das atividades políticas, tendo como referência a trajetória de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo o antropólogo, o estudo sobre a transferência de capitais materiais ou simbólicos, adquiridos no ofício de *sociólogo*, para o campo político, “*pode contribuir para a compreensão dos diferentes tipos de disposições e capitais sociais necessários ao exercício de cada um dos dois ofícios e para especificar as condições de autonomização das ciências sociais diante do universo político*” (GARCIA, 2004, p.286).

Além da necessidade de ser observada a justaposição de dois domínios relativamente autônomos para a compreensão dos percursos seguidos nas trajetórias política, profissional e social de FHC, Garcia aponta ainda para a transmissão familiar de capital político também vivenciada por FHC: “*sua genealogia, confeccionada nas várias obras de caráter hagiográfico aqui citadas, atesta os indicadores de elevada origem social e participação direta de seus ascendentes nos eventos mais relevantes da história do Brasil contemporâneo*” (GARCIA, 2004, p.286). Nesse ponto, as perspectivas de Garcia e Canêdo dialogam no sentido de refletirem sobre a “hereditariedade da competência política”.

Dentro da mesma proposta analítica, “o cotidiano da política” apreendido por Kuschnir é, da mesma forma, orientador sobre a qualificação de um profissional da política a partir de anos de treinamento informal, apreendendo as lógicas próprias deste universo tendo como referência os bastidores da política. De acordo com Kuschnir (2000), a carreira na política possui um caráter cíclico, o que determinaria a necessidade de aquisição de algumas condições sociais específicas para a entrada na trajetória política, como o conhecimento sobre algumas das regras de funcionamento próprias a este domínio. Ao analisar os caminhos percorridos por um político que “de filha de deputado” transformou-se em “herdeira política”, a autora percebe que “*a transmissão de um patrimônio político familiar, portanto, não é um processo automático. A filiação confunde-se com projetos e trajetórias individuais*” (KUSCHNIR, 2000, p.57).

Alessandra Barreto, por sua vez, procura entender o surgimento de novos atores sociais dentro da elite local da chamada “Baixada Fluminense”. Para entender esse processo, Barreto também não deixa de lado a noção de *projeto* como um dos fios condutores das trajetórias políticas. Pois, “*a carreira política é construída levando em consideração tanto os projetos dos políticos enquanto indivíduos/sujeitos com aspirações próprias, quanto à negociação permanente entre diferentes projetos individuais e coletivos*” (BARRETO, 2004, p.52).

No caso da construção da carreira de José Camilo dos Santos Filho (Zito) e de alguns membros de sua família, Barreto destaca que a eleição de Zito à Câmara Municipal contou com o apoio de personalidades importantes da vida política local (deputados, lideranças de bairros, vereadores), o que parece ter ainda ampliado seu campo de possibilidades através da relação com nomes importantes da política estadual,

do prestígio adquirido pela investidura do cargo e de sua ascensão social. Além disso, aos capitais adquiridos por Zito foi estendida a credibilidade de sua mulher, Narriman Felicidade, que fazia parte do meio evangélico. Nariman também ingressou em uma carreira política. Segundo Barreto, o caso de Narriman pode ser remetido a um movimento mais amplo de associação entre política, família e religião, já que sua “história de vida” também repercutia na vida pública de Zito.

O que podemos perceber é que o tema da construção de carreiras políticas vem sendo trabalhado intensamente no campo de estudos antropológicos. Por outro lado, a questão da atuação de religiosos no universo político também se encontra em um campo historiográfico limitado. No entanto, essa questão tem estado no cerne dos debates presentes no campo da sociologia e da antropologia. Dentre os autores que trabalham com esta temática tem se os trabalhos de Damasceno (2007) e Machado (2006).

Machado discute a religião como via de acesso a política pública argumentando que “*entre os pentecostais e os neopentecostais a intermediação da liderança religiosa articula-se com a pouca informação e envolvimento político do fieis, facilitando a conquista dos votos dos membros das denominações evangélicas*” (MACHADO, 2005, p.29). A partir daí a autora esclarece que a candidatura de membros da hierarquia religiosa seria um recurso para a transferência de influencia religiosa para a esfera política.

Dentro dessa proposta a autora considera que o sucesso dos novos sujeitos políticos resultaria da crise de credibilidade da elite e das instituições políticas. E isso favoreceria a inserção eclesial desses sujeitos através do apoio das instancias eclesiásticas das quais participam. A partir dessa visão, quando a autora propõe considerar a capacidade do eleitorado de participar efetivamente do debate político, associa essa participação através do voto, à um mero resultado da indicação das lideranças religiosas. Essa percepção fundamenta-se na análise sobre a entrada pentecostal na política a partir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

No entanto, as considerações alcançadas a respeito da atuação de membros da IURD não explica o processo de “politização pentecostal” (MACHADO, 2005) vivenciado intensamente pelos pentecostais a partir dos últimos anos da década de 1980. Mesmo discutindo o papel ocupado por estes novos personagens na esfera política, Machado conduz sua argumentação segundo uma orientação metodológica que acaba

por reduzir o universo social no qual o significado do voto é construído à noção tais como as de “redes clientelísticas” e “corporativas”.

Com a intenção de problematizar esse tipo de visão, buscamos também alguns estudos desenvolvidos no campo da antropologia que ao invés de retomarem noções como, “clientelismo”, “atraso político” tentam apreender o que os atores sociais em questão pensam e dizem sobre o que fazem, isto é, como eles identificam suas práticas. Dessa forma, Damasceno (2007) a partir da noção de que o voto contingente, também faz e desfaz relações sociais, tenta entender microscopicamente o sentido de certa “economia moral” (THOMPSON, 2002) própria a essas relações estabelecidas. Para isso, a autora evita as generalizações que reduzem a temática – religião e política – a um mero *problema social*.

Ao discutir o processo de construção das trajetórias políticas de religiosos, o presente estudo levanta questões teórico-metodológicas, relativas ao próprio universo acadêmico, visto que o tema proposto encontra-se em um limitado campo historiográfico. Isto somente tornou-se perceptível, porque pretendemos, a partir deste trabalho, ampliar um trabalho que já vem sendo desenvolvido durante a minha graduação. Trata-se da aproximação com alguns aportes teóricos da antropologia social, o que garantiu um novo “olhar” sobre um debate corrente tanto nas literaturas antropológicas quanto na área de estudos sociológicos.

Contudo, são evidentes os limites sociais e acadêmicos que deverão ser enfrentados por este tema. Por um lado, não pretendemos saciar as carências geradas pela lacuna no campo da historiografia sobre o tema aqui proposto. Por outro lado, acreditamos que as carências de orientação da vida prática que conduzem o trabalho do pesquisador não serão ultrapassadas, já que a matriz disciplinar da ciência da história, por ser dinâmica está constantemente fomentando novos *interesses cognitivos* sobre questões entendidas como pertinentes.

Além disso, o caráter interdisciplinar deste trabalho procura ampliar a própria concepção sobre *fontes*, tão intensamente defendida por pensadores como Bloch (1949) e LeGoff (1990). Nossos dados, “excepcionais normais” orientam nossa tarefa, de entender a construção de carreiras políticas, por um percurso pouco seguido por historiadores, os “bastidores da política”. Procuramos, assim, ampliar a discussão historiográfica retrabalhando noções como trajetórias e carreiras políticas. A

acessibilidade das fontes não é algo problemático para este trabalho, porque uma parte dos materiais aqui analisados encontram-se localizados no arquivo de uma pesquisa etnográfica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A outra parte das fontes, as entrevistas que serão realizadas e os dados disponíveis no meio digital, serão analisadas de acordo com a sua própria produção pelos atores sociais.

O presente trabalho pretende alcançar um duplo objetivo: investigar as formas de aquisição, através da circulação de bens simbólicos e materiais, de competências necessárias à carreira política de evangélicos e, ainda, examinar a circulação desses capitais por meio das redes de relações sociais estabelecidas nos universos religioso e político no qual estes atores sociais estão inseridos.

Além disso, objetiva-se também a realização da cartografia de algumas carreiras políticas para, assim, tentar entender o *sentido* dessas trajetórias analisando-as dentro da dinâmica existente na circulação de indivíduos, idéias, capitais, entre as esferas local e nacional, cujas fronteiras não estão rigidamente demarcadas, mas são dialogicamente construídas (BRENNER, 2008). Dessa forma, pretende-se explorar os processos de mediação, as regras que regem as transformações entre discursos e seus efeitos.

Acrescentamos à nossa tarefa a necessidade de reconsiderar a interpretação correntemente feita de temas como, “religião”, “política”, “relações sociais”, porque estas *questões*, segundo Bourdieu (2001), não devem ser definidas como um “problema social”, mas objetos de estudo a serem construídos, já que esses temas podem possuir significados distintos de acordo com o contexto no qual estão inserido. Para isso, devemos colocar em causa certas perspectivas do senso comum, como também, da doxa acadêmica, que acabam por “naturalizar”, consciente ou inconscientemente, essas questões, comprometendo, assim, as pesquisas sobre tais temas.

Vale, neste sentido, construir a *história* do processo de produção social dessas questões enquanto *problemas sociais* (BOURDIEU, 2001). As questões levantadas nesta pesquisa buscam complementar esse debate a partir de um viés historiográfico alicerçado nas discussões correntes no campo da antropologia. Posto que “*um diálogo com a antropologia se faz insistentemente preciso*” (THOMPSON, 2001, p.250), pois esta relação possibilita um refinamento teórico a partir do qual se pode evitar certas

ideologizações, o risco de manipulações ideológicas, ou mesmo, dogmatismos que engessam o conhecimento científico (RÜSEN, 2008).

A problemática levantada no presente trabalho tem como embasamento teórico a abordagem de Bourdieu (2002) sobre a noção de trajetória. Bourdieu adverte que “*não podemos compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou*”. Isto porque, é o conjunto das relações objetivas que unem o agente ao conjunto dos agentes envolvidos em uma mesma *superfície social*.

Neste sentido, para pensarmos o processo de construção de carreiras políticas por pentecostais, devemos levar em consideração a estrutura da rede na qual estão inseridos os *trajetos* dos atores sociais em questão.

As considerações de Bourdieu (2002) acerca da ilusão retórica de tratar a vida como uma história, com uma seqüência de acontecimentos com sentido e direção, suporta a proposta teórica desta pesquisa. Afinal, rompemos com as perspectivas que, de uma assentada, “naturalizam” a relação entre o universo da política e da religião, definindo negativamente como um problema social. Assim, pensar em uma *trajetória* como “estrutura estruturante” e também “estrutura estruturada”, permite observar que essa trajetória é fruto das construções simbólicas e concretas em diversos campos sociais sincronicamente como também no mesmo campo social por diferentes estados.

A participação protestante na política institucional esta intimamente ligada a interesses não apenas corporativos, mas voltados também para as questões sociais: “*A politização dos grupos pentecostais resulta do processo de nacionalização do pentecostalismo, que colocaria as lideranças religiosas frente a frente com as questões sociais e políticas do país*” (MACHADO *apud* SEMAN, 2001). Dentro dessa visão, faz-se necessário, portanto, analisar os diversos *sentidos* pelos quais as trajetórias sociais, políticas e religiosas desses atores sociais são orientadas.

Por outro lado, Loriga (1998) aponta para a possibilidade de se utilizar o “eu” para se interrogar não apenas o que foi, mas também as incertezas e possibilidades perdidas: as “inércias e ineficácias normativas”. Para isso, o historiador deve reconstruir um tecido social e cultural mais vasto do que o da “unicidade de uma experiência”, posto que, assim é possível desfazer as homogeneidades aparentes e identificar os conflitos que formaram e edificaram práticas culturais e “*na maneira pela qual os*

indivíduos “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder” (LORIGA, 1998, p. 248).

A relevância dessa abordagem de Loriga refere-se a fundamentação teórica proposta quando a autora sugere que a sociedade é constituída a partir das interações sociais de indivíduos inseridos em contextos diversos. O que nos leva a refletir sobre a construção de carreiras políticas como um processo interiorizado em normas sociais que, ao se diferenciarem de acordo com cada campo social, também são reformuladas segundo os conflitos, arranjos e rearranjos que podem muitas vezes modificar a estabilidade de relações de poder, a priori, estáveis.

Dentro dessa perspectiva, como assinalou Souza (2007), a noção de *experiência* pode ser entendida a partir de duas vertentes. A primeira relaciona-se com a própria concepção do “eu” na construção do discurso histórico, as marcas deixadas pelo historiador na construção do texto. Afinal, o historiador constrói a narrativa histórica a partir da mediação entre os “fatos” e o seu significado na construção da consciência histórica (RÜSEN, 2001). A segunda visão é a que se refere à expressão de uma heterogeneidade social, cultural e econômica. A construção dos fios de uma trajetória depende da consideração sobre a posição do *agente* em uma determinada rede de relações sociais. Esse seria um ponto nodal para a intervenção do pesquisador na sociedade pesquisada.

Acreditamos que essas abordagens teóricas fundamentam nossa pesquisa, porque recuperam as possibilidades de análise de uma trajetória de vida, não apenas como a ilustração de uma realidade social, mas como um lugar de construção do próprio discurso histórico. Os trajetos que serão entrecruzados na pesquisa proposta deslizam entre diferentes direções e sentidos, construindo, desfazendo e refazendo “laços” em diversos campos sociais em diferentes momentos, como também em estados diferentes no mesmo campo (BOURDIEU, 2002).

Vale retomarmos, ainda que rapidamente, as discussões levantadas por Canêdo (2004) e Garcia (2004) também como um aporte teórico, posto que ambos nos convidam a refletir sobre a aquisição de competências necessárias a prática política em outras estruturas sociais, tais como na família, ou na profissão. A partir de dados recolhidos, Canêdo estuda a formação dos quadros de políticos eleitos em Minas Gerais e em São Paulo em dois períodos (1945-64 e 1984-2000). Nesta análise Canêdo (2004)

percebe que mesmo quando os “políticos herdeiros contemporâneos” estudaram em escolas da capital de seus Estados, o vínculo estabelecido com o local (o município) era muitas vezes mantido, o que garantia uma conexão entre as gerações em um emaranhado de redes de parentela locais. É interessante que neste universo as atribuições e competências são transmitidas *hereditariamente* apesar das formas atualmente diversificadas de admissão de políticos.

Garcia (2004), por sua vez, sustenta a sua análise sobre a construção da carreira política de Fernando Henrique Cardoso (FHC), através da descrição dos processos sociais cuja particularidade do caso de FHC resignifica o universo político no qual este está inserido. Segundo Garcia (2004), não é possível compreender a rápida ascensão de FHC ao mais alto cargo político (o executivo), através do conhecimento das suas teorias empregadas em sociologia, porém a observação das redes sociais que deram às suas *atividades de sociólogo* o significado e a substância são imprescindíveis, visto que foi a partir da mobilização dessas redes que sua carreira política se tornou possível.

Em suma, os políticos como FHC e os estudados por Canêdo (2004), *ampliam as suas competências políticas através das profissões escolhidas*, mas estes já eram herdeiros de recursos familiares prévios na esfera política. Garcia (2004) apresenta FHC como um “grande herdeiro político”. Além disso, os grupos de políticos examinados por Canêdo (2004), pertencentes ao estado de Minas Gerais e São Paulo, construíram suas carreiras a partir “*do trabalho coletivo do político articulado em redes*”, estas por sua vez, (Canêdo, 2004) foram constituídas pela transmissão genealógica de capital político.

A percepção dessas interpretações como instrumentais teóricos sustenta nossa análise, porque apresenta a circulação através da interseção entre domínios sociais aparentemente opostos – familiar, político, profissional – como uma forma de aquisição de capitais necessários a prática política. Assim, pensamos estas *experiências* constituídas em diversos campos sociais, como uma associação de papéis sociais que se estruturam ao mesmo tempo em que estruturam o universo social no qual estão inseridos. Dentro desta lógica, é possível flexionar uma relação entre essas estruturas sociais – religião e política – durante a atuação dos diversos agentes envolvidos, sem, contudo, cairmos na “naturalização” dessa relação expressa, geralmente, através de conceitos como “redes clientelares” e corporativas. Para isso, assim como adverte Hervieu-Léger, nossa percepção deve ser orientada a partir da clareza de um

instrumental teórico flexível para a análise de um processo que não pode ser rigidamente moldado. Portanto,

o ponto essencial, nesse percurso, é lembrar que, uma vez que se trabalha com trajetórias nunca, se está lidando com identidades substantivadas e estabilizadas: o problema está, precisamente, em munir-se de um instrumental suficientemente flexível para balizar as etapas de um processo que, por definição, não poderia ser enquadrado dentro de uma descrição definitiva (Hervieu-Léger, 2008, p.80)

A hipótese da qual partimos, foi desenvolvida a partir do aporte teórico de Canêdo (2002, 2003, 2004) sobre o domínio da prática política, é a de que algumas competências adquiridas no universo religioso seriam a garantia para o ingresso desses personagens no campo da política institucional. Por outro lado, pensamos também no processo inverso de mobilização de capitais materiais e simbólicos adquiridos no universo político e “trocados” em outras esferas sociais.

As hipóteses que terei de assumir, portanto, estão relacionadas a idéia de acúmulo de *experiências* ao longo dos diversos percursos seguidos por essas trajetórias. Pensamos que as referências normativas nem sempre delimitam a atuação desses atores sociais, já que, a priori, acreditamos que a construção de seu capital político se deu através do conjunto das relações objetivas que unem diversos atores sociais sob uma mesma *superfície social*.

Supomos, também que, a relação entre religião e política não “negativizada” pelos atores sociais que circulam por esses universos. Na verdade, as visões e versões sobre a atuação pentecostal no campo da política institucional também resulta da participação da mídia e do universo acadêmico na construção do mundo social. Por isso que objetivamos reinterpretar os significados de conceitos como religião e política, visto que podem possuir sentidos diferentes em cada contexto social.

Na investigação sobre o processo de construção de carreiras políticas serão confrontados tipos diferenciados de fontes, por que observa-se nelas certa *polifonia de vozes* (GINZBURG, 1989) que, em disputa, com maior ou menor intensidade, deixam *indícios* de um tema que não se constituiu como objeto de preocupação do historiador. Isto porque consideramos relevante atentar para o processo de construção das imagens do pentecostalismo brasileiro e do ingresso de evangélicos no campo político institucional.

Os “discursos” que construíram essas imagens foram difundidos por instâncias sociais como a Igreja Católica, a mídia e também, através do próprio universo acadêmico. Segundo Freston (1993) esse “*lado obscuro do próprio objeto*”, ou seja, as definições sobre o objeto dadas por outros observadores, devem ser problematizadas. Afinal, “*o pentecostalismo não é apenas aquilo que os atores sociais chamados pentecostais dizem e fazem; é também o que os outros atores sociais dizem e fazem a seu respeito*” (Freston, 1993, p.6, grifos nossos). Por isso, buscamos confrontar essas vozes distorcidas como *fonte* para nosso trabalho.

Em primeiro lugar, fomos colocados diante de um arquivo cujos registros resultam do trabalho de acumulação, desde 2004, de documentos de uma pesquisa etnográfica. Em 2008, essas fontes arquivísticas foram organizadas transformando-se em *memórias guardadas* (CUNHA & CASTRO, 2005). Este arquivo e o modo de sua organização será abordado aqui como *campo* de pesquisa, conforme veremos mais adiante. De início, vale à pena ressaltar que a partir da “reapropriação” destes materiais, foi possível perceber que estes constituem um “acervo” peculiar, produzido e organizado a partir de uma perspectiva antropológica, com muitas possibilidades ainda não exploradas.

Nesse arquivo são encontrados jornais de circulação nacional (Folha de São Paulo, O Dia, O globo, Jornal do Brasil, Jornal Extra) e regional (Regional Evangélico, Atual, Foco Popular, Folha Municipal, MERCOSUL, Novas Idéias, Tempo Livre). Além disso, foram também acumuladas fotos (retiradas de sites da web e também capturadas pelos pesquisadores em campo) e entrevistas realizadas pelos pesquisadores, dentre outros dados.

Em segundo lugar, o próprio universo pentecostal passou a produzir concepções sobre si mesmo. Sendo identificada como “igreja eletrônica” (ASSMANN, 1986), a mídia evangélica “com características de um sistema religioso” (FRESTON, 1993, p.135) também será também trabalhada como *fonte* documental para a investigação sobre a história da construção de trajetórias políticas de certos religiosos. Nesse sentido, essa noção de “igreja eletrônica” refere-se aos blogs das Convecções representantes das Igrejas Assembléia de Deus no Brasil, dos discursos na Câmara Nacional, das notícias sobre a participação em bancadas e outras práticas políticas descritas no espaço da web.

Por fim, como um desdobramento dessa produção de concepções que passou a ser feita pelos próprios pentecostais sobre eles mesmos, capturamos três livros produzidos por um dos líderes religiosos da Assembléia de Deus, cuja trajetória política é exemplar para o estudo proposto neste trabalho.

Munimo-nos de um instrumental metodológico extremamente flexível por conta da relação interdisciplinar que pretendemos estabelecer com alguns aportes teóricos da antropologia social. As *fontes* “escolhidas” resultam da proposta metodológica apontada por Ginzburg (1989). Segundo o historiador, “*só uma antropologia impregnada de história ou uma história impregnada de antropologia poderá repensar a aventura plurimilenária da espécie homo sapiens*” (GINZBURG, 1989, p.173). Com efeito, os dados disponíveis para o curso de nossa tarefa são exemplos sistemáticos daquilo que Grendi (2009) chamou de “excepcional normal”.

Uma parte da documentação constitui-se, de fato, por um tipo especial de fonte arquivística, cujos registros são reveladores das interpretações não só dos atores sociais em análise como também dos praticantes das etnografias produzidas durante o trabalho de campo (CASTRO & CUNHA, 2005; CUNHA, 2004). Trata-se dos arquivos de pesquisa que foram acumulados desde 2004, cuja lógica de acúmulo e organização pautava-se no interesse dessa pesquisa em estudar o cotidiano de pessoas envolvidas nas relações de interseção entre a religião pentecostal e a sua participação na esfera política de um município próximo à cidade do Rio de Janeiro.

A nossa orientação pauta-se na consideração da necessidade, ressaltada por LeGoff (1990), de ampliar nossa concepção sobre documento. Este, como o resultado da ação humana, também deve estar sujeito à análise científica. Trata-se de fotos, correspondências, diários de campo, entrevistas, todos “*monumentos*” históricos que devem ser transferidos do âmbito da memória para o científico.

Os antropólogos, por outro lado, em suas etnografias, *interpretam a interpretação* das *interpretações* dos atores sociais, enquanto que os historiadores procedem do mesmo modo quando se propõem a fazer “falar” suas fontes.

No entanto, a complexidade e as limitações da utilização do acervo desta pesquisa também devem ser ressaltadas, já que a organização destes documentos foi sendo *construída* em momentos diferentes, para pessoas e por pessoas diferentes, com interesses também diversificados. Além disso, como já foi dito, a coleta desses materiais

esteve voltada para a preocupação inicial da pesquisa que pretendia observar as relações entre o universo político local e a esfera religiosa pentecostal do município pesquisado. O sistema de classificação destes registros foi orientado pelo mesmo objetivo de entender como as relações entre essas esferas se estabeleciam e como dialogavam entre si. Ressalte-se, ainda, que os pressupostos que orientaram a montagem do arquivo seguiram a lógica *utópica* de deter o controle sobre o que é conhecido e (re)conhecível (CUNHA, 2004), isto é, transformar *eventos* em *memória*.

A possibilidade de estudar a construção de carreiras políticas e a sua relação com a esfera religiosa da qual partem os candidatos, emergiu nos materiais da pesquisa, porque apesar de os pesquisadores terem acumulado e registrado esse acervo segundo seus objetivos particulares, ou seja, de forma nada “natural” (CASTRO, 2005), os atores sociais acabaram evocando, por diversas vezes, a atenção dos pesquisadores (os que aqui são também “nativos”) e da pesquisadora para as suas formas de compreender o que fazem.

Afinal, Clifford Geertz (1978) nos orienta a não somente descrever as atividades dos atores sociais, mas também narrar como eles a interpretam, o que pensam e dizem sobre a sua própria experiência. Esse desafio, aprioristicamente destinado aos antropólogos, pode ser também estendido ao campo da história social, caso sejam apontadas as conclusões metodológicas de historiadores como Ginzburg (1989) e Thompson (2001), quando, em momentos distintos, defendem um “ecletismo” acadêmico para se estudar determinados temas. Sendo assim, diferentemente da idéia de que o trabalho de campo é realizado em um “laboratório natural”, a perspectiva de Geertz pauta-se na noção de que o trabalho do antropólogo - como também o do historiador dotado de certa *atitude antropológica* (SAHLINS, 1990) - não deve ser realizado a partir do “estudo das aldeias”, mas “nas aldeias”. A partir desta concepção, cabe ao pesquisador “*pensar não apenas realista e concretamente sobre eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles*” (Geertz, grifos meus, 1978:33-34). Dentro dessa lógica, vale assinalar, segundo Kuschnir (2001) que

a antropologia pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política deve ser, mas o que ela é para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico. Compreender, ‘do ponto de vista do nativo’, práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos, o que pode gerar incômodo, intelectual ou cívico, mas um incômodo necessário, pois, como disse Geertz, ‘se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa’. (Kuschnir, grifos meus, 2001:67).

Por outro lado, a interpretação do retrato produzido pela mídia sobre o ingresso pentecostal na esfera política deve ser trabalhada a partir de um esforço de “desnaturalização”. Como adverte Bourdieu (2001): “*nunca será demais repetir que a ilusão do natural e a do ‘sempre assim’ (...) juntamente com a amnésia da gênese, na qual elas enraízam, tornam-se obstáculos ao conhecimento científico do mundo social*” (BOURDIEU, 2001, p.23). Por isso, entendemos que a imprensa se insere nesse processo produzindo “visões” e “versões” sobre os fatos políticos. Trata-se de uma operação retórica por parte da mídia na qual a religião é também transformada em capital político. Nesse sentido, nossa abordagem analítica não busca contrapor, comparando essas visões, mas chamar a atenção para a importância desses discursos na construção da própria história do pentecostalismo no Brasil, para isso deve-se evidenciar algumas das estratégias utilizadas por esse campo.

Referência Bibliográfica:

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos**. 5(2):45-64, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*. Colin, Paris, 1949.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 2002. 5ª ed. Pp. 167-182.

BRENNER, Suzane April. *The domestication of desire: women, wealth and modernity in Java*. Princeton University Press, 1998.

CANÊDO, Letícia Bicalho. A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político familiar em Minas Gerais. **Brasil Genealógico. Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia**, tomo IV, nº 3, Rio de Janeiro, v. IV, n. 3, p. 09-37, 2003.

_____. Ritos símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: _____. (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cadernos CEDES (UNICAMP)**, Campinas/UNICAMP, vol.18, n.42, Aug. 1997.

_____. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-Posições (Unicamp)**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

_____. Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira. **Cadernos CERU** (USP), São Paulo/USP, v. 15, p. 103-130, 2004.

CASTRO, Celso, CUNHA, Olivia M. Gomes da. Quando o campo é o arquivo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol.36, Jul-Dez, p.3-5, 2005.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, n.36, 2005.

DAMASCENO, Caetana. “Para Chegar lá”: o dom, a graça e a economia do voto. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1, jan.-jun., 2007. p. 08-26.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1993 (Mimeo).

GEERTZ, C. “Uma Descrição Densa: Por uma teoria Interpretativa da Cultura”. In: GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.13-41, 1978.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Global Universitária, 1978. pp. 227-303.

HERVIEU-LÉGER, D. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. *Revista brasileira de ciências sociais*, volume 22, nº64, 2007, p.163-167.

_____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Campinhas, 1990.

LORIGA, Sabrina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACHADO, Maria das Dores: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2006.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001, pp. 25-52.

SEMAN, P. A Igreja Universal do Reino de Deus um ator e suas costuras na sociedade brasileira contemporânea. *Debates do NER – Religião e Eleições 2000 em Porto Alegre*, v.2, n.3, p.87-97, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora Unicamp, 2001, pp. 227-267.